

Dossiê

Lutas operárias e populares

Os protestos de Wisconsin

Erik Olin Wright* e João Alexandre Peschanski**

Resumo:

As manifestações de trabalhadores e estudantes em Wisconsin, de fevereiro a abril, marcam uma nova fase na disputa política estadunidense. Num contexto em que democratas e republicanos atuavam em conjunto em defesa de políticas de austeridade, medidas antissindicais do governador de Wisconsin levaram à emergência de um dos principais movimentos de trabalhadores da história dos Estados Unidos, incluindo a ocupação da sede do governo por milhares de manifestantes por 17 dias. Os protestos contra o governador chegaram a reunir 100 mil pessoas. Neste artigo, descrevem-se os eventos e suas implicações para a luta de classes e o debate político nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Estados Unidos; austeridade fiscal; movimentos sociais; sindicalismo

Em fevereiro e março de 2011, o Estado de Wisconsin, nos Estados Unidos, testemunhou um dos maiores protestos políticos de sua história. Durante esses protestos, a sede do governo, o Capitólio, em Madison, foi ocupado por milhares de pessoas durante 17 dias; as manifestações do lado de fora reuniram mais de 100 mil pessoas. Os protestos de Wisconsin receberam tremenda cobertura na mídia dos EUA e de outros países, e foram acompanhados por mobilizações de trabalhadores em Ohio, Michigan, Indiana e Maine. Aqui contamos a história desses eventos.

O contexto

O Estado de Wisconsin está localizado às margens do Lago Michigan, a noroeste de Chicago. Historicamente, o estado foi povoado por imigrantes alemães, escandinavos e poloneses no século 19. Tem uma população de 5,5 milhões de pessoas e uma renda per capita um pouco abaixo da média estadunidense. Economicamente, o estado faz parte do rust belt [cordão enferrujado],

* Professor de Sociologia na Universidade de Wisconsin-Madison, presidente da Associação dos Sociólogos Estadunidenses (ASA) e autor de *Classe, crise e Estado* (Zahar, 1981) e *Utopias reais* (Alameda, no prelo), dentre outros. End. eletrônico: wright@ssc.wisc.edu

** Doutorando em Sociologia na Universidade de Wisconsin-Madison, membro do comitê editorial da revista *Margem Esquerda: Ensaios Marxistas* e co-organizador de *As utopias de Michael Löwy* (Boitempo, 2007). End. eletrônico: peschanski@wisc.edu

área dos EUA onde houve rápido declínio industrial, por mais que Wisconsin tenha mantido uma base de indústrias maior do que outros estados industriais antigos, e hoje tem uma taxa de desemprego bem abaixo da média nacional (7,5% e 8,8%, respectivamente). Eleitoralmente, o estado é considerado volátil, com áreas republicanas conservadoras e áreas democratas mais progressivas. É o estado que nos anos 1940 e início dos 1950 elegeu o senador Joseph McCarthy, o famoso anticomunista cujo nome veio a simbolizar a repressão política no início da Guerra Fria. Mas é também o estado que elegeu alguns dos políticos mais progressistas da história estadunidense.

Nas eleições presidenciais de 2008, Barack Obama venceu no estado com uma margem de 56% contra 42%, e o Partido Democrata venceu as duas casas do Legislativo federal (o governador também era democrata, eleito em 2006). Nas eleições estaduais de novembro de 2010, o Partido Republicano conquistou maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados, além da eleição do governador. O candidato republicano, Scott Walker, apoiado pelo movimento de direita Tea Party, concorreu com base em uma plataforma conservadora, mas sua vitória teve menos a ver com o apoio da população a suas propostas políticas e mais com a insatisfação com a situação econômica de Wisconsin e com o sentimento de que uma mudança de partido poderia melhorar as coisas. A participação nas eleições passou de 60%, na votação para presidente em 2008, para 49%; de acordo com pesquisas, o declínio foi principalmente concentrado nos eleitores que haviam votado para os democratas no último pleito. Mais do que uma clara ruptura ideológica, apatia e sentimento de decepção em relação aos democratas marcaram a eleição.

Os eventos precipitadores

Quando Walker tomou posse em janeiro de 2011, uma das primeiras medidas que tomou foi conseguir que o Legislativo, agora controlado pelos republicanos, aprovasse uma série de reduções de impostos em benefício a empresas, sob o argumento de que isso atrairia investimento e criaria empregos. Tais reduções somavam 140 milhões de dólares, eliminando o superávit de 121,4 milhões de dólares que a Agência Fiscal do Parlamento de Wisconsin havia estimado para o ano fiscal. Como anunciava um cartaz no escritório de Walker, “Wisconsin está agora aberto para os negócios!”. Essas reduções criaram imediatamente uma “crise” orçamentária. Na medida em que os estados dos EUA são obrigados pela lei a ter um orçamento equilibrado, Walker apresentou o que chamou de um “projeto de lei para consertar o orçamento”. O projeto consistia em um conjunto de cortes orçamentários imediatos, mas, significativamente, trazia medidas com o intuito de destruir os sindicatos do setor público de Wisconsin. A justificativa de Walker era que “restringir” os direitos sindicais era necessário para dar “flexibilidade”

aos governos local e estadual para resolver os problemas fiscais. Não se tratava apenas de restringir a atuação dos sindicatos, mas eliminá-los.

A lei trabalhista nos EUA é uma combinação complexa de leis nacionais e estaduais. Em especial, as leis regulando os sindicatos dos empregados do setor público são fundamentalmente leis estaduais. Wisconsin foi um dos primeiros estados a reconhecer os sindicatos do setor público, em 1959, e, de acordo com parâmetros estadunidenses, teve sempre sindicatos do setor público fortes. Por mais que greves organizadas por esses sindicatos do setor público fossem ilegais, tais sindicatos tinham muitos direitos de negociação coletiva vinculados a procedimentos de arbitragem em casos de disputas contratuais. Em Wisconsin, um terço dos empregados públicos era sindicalizado, em 2010. Em virtude do acentuado declínio dos sindicatos do setor privado nos últimos anos (que representam menos de 10% dos empregados), os sindicatos do setor público se tornaram o coração do movimento de trabalhadores estadunidense. Os conservadores nos Estados Unidos sempre foram hostis em relação aos sindicatos, tanto pelo óbvio componente de classe ligado ao poder sindical quanto pelo papel dos sindicatos no apoio ao Partido Democrata. Walker e seus apoiadores acreditavam que sua eleição como governador e o controle das duas casas legislativas pelo Partido Republicano eram uma oportunidade única para atacar a última fonte importante de força sindical.

O projeto de lei antissindical de Walker foi apresentado como “restringindo” os direitos sindicais, mas de fato o projeto tinha o intuito de destruir os sindicatos do setor público (a não ser três sindicatos que foram isentos das medidas da lei – a polícia, a polícia rodoviária e os bombeiros. Esses sindicatos apoiaram Walker na eleição). Com base no projeto, os sindicatos seriam forçados a serem reconhecidos anualmente, por eleições de membros da categoria e negociação com o governo. Contribuições sindicais não poderiam ser deduzidas automaticamente de salários – membros dos sindicatos teriam de pagá-las diretamente todo mês. Os sindicatos não poderiam ter um papel em processos trabalhistas, e toda negociação com empregadores seria proibida, a não ser em relação a questões salariais – e mesmo assim só poderiam negociar aumentos salariais até o limite da taxa de inflação. Essas medidas legais levariam rapidamente à aniquilação dos sindicatos do setor público.

O projeto de lei foi oficialmente lançado em 14 de fevereiro, Dia de São Valentim, celebração do amor nos Estados Unidos. Os protestos começaram esse dia de modo descontraído. Integrantes da Associação dos Auxiliares de Professores (da sigla em inglês, TAA) da Universidade de Wisconsin, o mais antigo sindicato de auxiliares de professores e assistentes de pesquisa, distribuíram cartões de São Valentim ao governador, dizendo: “Nós ♥ Universidade: Não Quebre Meu Coração ♥”. No dia seguinte, a Assembleia estadual organizou

uma sessão pública, para que as pessoas pudessem expressar sua opinião sobre o projeto de lei. No início, isso era uma mera formalidade, mas logo se tornou um espaço para sindicalistas e estudantes compartilharem experiências de vida e visões sobre o estado. Cada testemunho durava dois minutos, e no agregado se transformaram em uma narrativa coletiva da situação dos trabalhadores no contexto de crise econômica dos Estados Unidos e da importância dos sindicatos na proteção de direitos trabalhistas. Uma enfermeira tomou uma caneta para calcular num pedaço de papel o impacto dos cortes propostos por Walker; ela disse que já vivia com menos de 1.500 dólares por mês. Um estudante recitou “A Internacional”. Um professor exclamou aos parlamentares: “Vocês ainda não me conhecem, mas deveriam amar-me. Sou incrível. Educo suas crianças. Trabalho 40 horas semanais, metade das quais não é paga. Faço esse sacrifício porque amo meu trabalho. Esse projeto de lei é a prova de sua incompreensão sobre o que uma sociedade justa é e de sua ingratidão”.

A sessão pública durou 17 horas e só acabou quando os republicanos decidiram interrompê-la. Os integrantes da TAA se juntaram em frente à entrada da sessão e entoaram “Deixem-nos falar!”. Muitas pessoas que haviam se inscrito para testemunhar aguardaram toda a noite numa fila dentro do Capitólio. Os testemunhos continuaram no dia 16. Nesse mesmo dia, os professores das escolas de Madison organizaram um pedido coletivo de licença por doença para participar dos protestos contra o projeto de lei. Muitos estudantes de colegial se juntaram a eles e, à tarde, mais de 15 mil pessoas marchavam em torno do Capitólio. A sessão pública recomeçou e, mais uma vez, atravessou a noite. Enquanto continuasse, o prédio estaria aberto ao público.

Apesar da mobilização, o governador anunciou que o projeto de lei seria votado no Senado, em 17 de fevereiro. Na medida em que os republicanos detinham a maioria dos assentos e estavam em acordo com o projeto, a aprovação da lei era dada como certa. Mas algo surpreendente aconteceu. As regras do Senado de Wisconsin estipulam que deve haver um quorum mínimo de 60% para a votação de propostas orçamentárias; no caso, vinte senadores tinham de estar presentes. Havia 19 republicanos e 14 democratas no Senado, ou seja, pelo menos um democrata tinha de estar presente para que a votação pudesse ocorrer. Para impedir que ocorresse, todos os 14 democratas saíram do estado, dirigindo para o vizinho estado de Illinois, onde ficaram por mais de duas semanas. O governador enviou a polícia a suas casas para buscá-los, mas estavam fora da jurisdição do estado e não havia como obrigá-los a voltar.

A saída dos senadores fez com que o projeto de lei não pudesse ser votado. Também levou a um tremendo aumento da intensidade dos protestos. Milhares de pessoas se mantiveram presentes dentro do Capitólio, criando uma contínua mobilização dentro do edifício, além das marchas diárias em torno do prédio do

governador. Na medida em que as sessões públicas na Assembleia continuavam vinte e quatro horas por dia, o edifício era mantido aberto, e mais e mais pessoas vinham passar a noite por lá. Após alguns dias, isso se tornou uma ocupação de massa do Capitólio.

Pelas próximas duas semanas, o Capitólio esteve continuamente ocupado, até que, em 3 de março, o governador ordenou a evacuação do edifício. Durante essas duas semanas, os protestos foram noticiados nacional e internacionalmente. Havia marchas diárias fora do Capitólio, envolvendo dezenas de milhares de pessoas, chegando a mais de 50 mil nos fins de semana. A maior dessas marchas, no fim do processo, reuniu mais de 100 mil pessoas. A escala e a duração dos protestos nunca haviam sido vistas em Wisconsin. A do Capitólio por milhares de pessoas foi a mais longa ocupação de um edifício do governo por manifestantes na história estadunidense. Ninguém havia imaginado a intensidade da resposta às ações do governador.

Para dar uma noção mais rica do que foram esses protestos, vamos inicialmente descrever alguns de seus aspectos sociais e culturais distintos – como foi a ocupação do Capitólio, o que aconteceu nas marchas, como a logística de ter milhares de pessoas dentro do edifício era organizada pelos manifestantes – e, daí, discutir os objetivos e desenvolvimentos políticos no decorrer dos eventos.

A vida dentro do Capitólio

O espaço central dentro do Capitólio é uma larga rotunda circular, que se estende até o domo do edifício. Acima do andar da rotunda há dois níveis de balcões. Todos os dias, da manhã à madrugada, esse espaço esteve tomado de pessoas gritando palavras de ordem, discursando e de vez em quando cantando. Antigas músicas de trabalhadores como “Solidarity Forever” [Solidariedade para sempre], de Pete Seeger, eram entoadas provavelmente pela primeira vez dentro do Capitólio. Às vezes havia discursos organizados, mas na maioria das vezes não eram. No meio da rotunda, os manifestantes organizaram uma área aberta para pessoas virem e expressarem todo tipo de reivindicação ou revolta que quisessem, indo de análises de conjuntura sofisticadas aos desafios do dia-a-dia da vida compartilhada no Capitólio. Havia círculos de percussão na área central, chegando a quinze ou vinte instrumentos, acompanhando os cantos de protestos. Na maior parte do tempo, o barulho era ensurdecedor.

A “abertura” do Capitólio significou que qualquer um podia entrar no edifício e dormir lá dentro. Estudantes, pessoas em situação de rua, professores, bombeiros, militantes do movimento ecológico e outras pessoas compartilharam o espaço, construindo um sentido único de comunidade. Os integrantes da ocupação criaram seu próprio coletivo de segurança, que caminhavam pelo edifício, verificando que os manifestantes que ficavam para dormir estavam seguros e sabiam aonde os

serviços estavam localizados, além de resolver questões com a polícia – muitos dos policiais que patrulhavam a ocupação pareciam apoiar os protestos.

O primeiro andar do edifício e os balcões foram cobertos de cartazes, geralmente feitos à mão. Os manifestantes tomavam o cuidado de colar os cartazes nas paredes com fita adesiva não marcante, e não houve quase nenhuma pichação. Uma das palavras de ordem dos protestos se referia ao Capitólio como a “Casa do Povo”, e houve muito cuidado por parte dos grupos que ocupavam o edifício para que não houvesse qualquer dano ao lugar e que o prédio estivesse na medida do possível limpo.

Rapidamente, tendo em vista que as pessoas começaram a dormir dentro do edifício, começaram a chegar entregas de comida de graça para os manifestantes. Na primeira noite da ocupação, às 2:00 da madrugada, uma pequena pizzaria local, Ian’s Pizza, pegou todas as pizzas não vendidas e as trouxe para o Capitólio. No dia seguinte, essa atitude da pizzaria foi considerada uma “história de interesse humano” pela mídia e, em breve, Ian’s Pizza começou a receber pedidos para entregar pizza no Capitólio de todos os lugares dos Estados Unidos e de várias partes do mundo. Uma estação de comida foi organizada dentro do edifício para receber as entregas de pizzas e outros produtos. Durante todo o período da ocupação, houve mais do que comida suficiente para todos os envolvidos.

À tarde, todos os dias, houve pelo menos uma marcha fora do Capitólio, na qual figuras públicas vinham falar: deputados democratas; líderes sindicais, como o presidente nacional da AFL-CIO, a principal central sindical estadunidense; políticos locais; celebridades, como o cineasta Michael Moore; e muitos cidadãos comuns. Alguns dias após o início dos protestos os presidentes dos sindicatos dos bombeiros e policiais se desculparam formalmente por haver apoiado o governador na eleição. Denunciaram veementemente a tentativa do governador de dividir o movimento trabalhista ao deixá-los isentos das medidas do projeto de lei. A partir daí, em todos os protestos houve policiais e bombeiros fora de serviço participando. Os bombeiros, com seus uniformes completos, se reuniam todas as tardes numa rua perto do Capitólio e, em grupo e levados ao som de uma gaita de fole, marchavam ao redor do edifício, entravam no prédio e atravessavam a rotunda, sob os aplausos dos manifestantes. Marcharam com cartazes como “Bombeiros em defesa dos trabalhadores” e eram recebidos com agradecimentos pela população. Bombeiros e policiais dormiram na ocupação, gerando ainda mais um sentido de comunidade para os manifestantes.

Uma característica marcante desses protestos foi a variedade etária dos participantes. Diferentemente de protestos contra a guerra, dos quais participam principalmente estudantes universitários, nos protestos no Capitólio havia idosos, aposentados, famílias, estudantes, crianças. Por mais que os protestos fossem geralmente homogêneos em termos raciais – Wisconsin tem uma população

não branca relativamente pequena, que está principalmente concentrada em Milwaukee, a 120 quilômetros de distância –, certamente incluíram operários dos setores privado e público, empregados de alto escalão do setor público e profissionais liberais.

A paz e a relativa ordem na ocupação foram, em grande parte, o resultado de um esforço conjunto de alguns grupos dentro do Capitólio. Em especial, o TAA teve um papel fundamental na organização da logística da ocupação. Logo após o início da ocupação, um dos democratas da Assembleia disponibilizou uma ampla sala de conferências para a TAA usar como seu quartel general no Capitólio. A TAA organizou um ponto de alimentação, um centro de saúde, uma estação de informação e um centro familiar no qual pais podiam deixar crianças. Também organizou sessões de treinamento sobre manifestar-se pacificamente – o que ajudou a prevenir provocações quando membros do Tea Party se mobilizaram contra os protestos – e estimulou a participação de pessoas nos testemunhos na Assembleia, numa tentativa de prolongar a ocupação.

O componente político dos protestos

Desde o início, os manifestantes deixaram claro que o conflito não era principalmente em torno dos cortes propostos no orçamento do Estado. Muitos cartazes denunciaram tais cortes, especialmente aqueles que afetavam a educação pública, mas o tema central dos protestos era a defesa dos direitos trabalhistas e a democracia. As lideranças sindicais afirmaram publicamente a vontade dos empregados públicos de aceitar os aspectos financeiros do projeto de lei que os afetavam diretamente – especificamente, o aumento das cotizações do seguro saúde e das pensões. Os sindicatos aceitaram de modo geral a retórica da necessidade de “todos se sacrificarem” dadas as condições fiscais existentes. Opunham-se de fato à eliminação dos direitos sindicais.

Por mais que alguns manifestantes aceitassem esse modo de interpretar suas reivindicações, as palavras de ordem e cantos nos protestos enfatizavam que todo o projeto de lei tinha de ser rejeitado e que todo o discurso do governo sobre a necessidade de austeridade fiscal era uma farsa. Vários cartazes reivindicavam um aumento de impostos sobre os ricos e descreviam a crise fiscal como mentirosa. O que era especialmente surpreendente para manifestações nos Estados Unidos é que a retórica dos protestos em Wisconsin faziam continuamente referência à linguagem de classe e até luta de classes. Um tipo de cartaz comum dizia: “Bem-vindo ao Wisconsin de Walker: aberto para as empresas. Venha explorar nosso trabalho e nossos recursos naturais”. Claro, nos Estados Unidos as referências à noção de classe tomam às vezes um tom peculiar: “Apoie os sindicatos: apoie a classe média”. Mas no geral havia uma imagem de conflito de classes polarizadas: os apoiadores de Walker eram identificados como capitalistas, os ricos, as

corporações; as vítimas, como a classe trabalhadora, os trabalhadores, o povo.

No decorrer dos protestos o tema da democracia se tornou importante. Isso pode ter sido um esforço dos participantes para ampliar o apelo simbólico dos protestos para além de sindicalistas – até mesmo porque em Wisconsin a taxa de sindicalização está abaixo dos 15% da força de trabalho –, mas também representou o reconhecimento de que o que estava em jogo no conflito não eram apenas os direitos dos trabalhadores nos sindicatos, mas o vigor dos processos democráticos. Uma das palavras de ordem mais comuns era a pergunta-resposta: “Diga-me com o que se parece uma democracia./Isto aqui é com o que se parece uma democracia!”. Em muitos dos discursos durante as marchas, enfatizou-se o modo como os ataques aos sindicatos representavam um ataque aos direitos democráticos. Particularmente no contexto político estadunidense, em que corporações têm o direito de gastar montantes de dinheiro ilimitados em campanhas políticas, a destruição dos sindicatos remove a única fonte de apoio financeiro à política eleitoral que é organizada e não empresarial.

Num nível prático, o principal objetivo imediato dos protestos foi criar uma mudança no clima político, com o intuito de barrar o projeto de lei ou, pelo menos, suas medidas antissindicais. “Mate o projeto!” era o principal slogan. Com os 14 senadores estaduais fora de Wisconsin, a votação do projeto parecia pelo menos retardada. A esperança era que, se o tamanho dos protestos continuasse crescendo, talvez alguns dos republicanos se sentissem pressionados a mudar sua posição em relação ao projeto. Tornou-se claro, entretanto, que isso seria improvável. Apenas um senador republicano expressou dúvidas em relação às medidas antissindicais do projeto de lei.

O objetivo político mudou então para criar uma articulação para fazer um recall [procedimento eleitoral popular para remover políticos de seus cargos] do governador e de alguns senadores. No Wisconsin, políticos eleitos se submetem a um recall se estiveram no poder por pelo menos um ano. O procedimento técnico envolve conseguir o equivalente a 25% da população que participou da última eleição, em 60 dias. Trata-se de um requisito difícil de cumprir, mas em apenas alguns dias abaixo-assinados contra oito senadores republicanos eleitos havia mais de um ano começaram a ser distribuídos. À medida que o governador acabara de tomar posse, um pedido para seu recall só pode ser lançado em janeiro de 2012. Pelo menos dois dos recalls de senadores republicanos mobilizaram assinaturas suficientes para levar a novas eleições no verão.

O fim dos protestos

Em 3 de março, Walker orquestrou a remoção dos manifestantes do Capitólio, sob o pretexto de haver riscos à segurança no edifício. A polícia, principal-

mente de fora de Madison, impediu quase todas as pessoas de entrarem no prédio. A TAA teve de sair da sala que usava como quartel general. Os manifestantes que se recusavam a sair sofriram ameaças de prisão, por mais que nenhuma tenha ocorrido. Marchas e vigílias continuaram do lado de fora do prédio todos os dias – sob gritos de “Deixem-nos entrar!” –, mas apenas poucas pessoas conseguiram entrar, escoltadas por membros eleitos da Assembleia, e não foram autorizadas a pernoitar.

Seis dias depois, os republicanos no Senado se uniram e fizeram uma manobra para aprovar as medidas antissindicais de Walker: desmembraram o projeto de lei e votaram em separado as questões relativas aos sindicatos, alegando que não tinham a ver com o orçamento. Na medida em que não eram mais oficialmente relacionadas à política fiscal, não era mais necessário um quorum mínimo de 60% e foi votada pelos senados republicanos, com um resultado de 18 votos a favor e 1 contra a proposta. Alguns manifestantes conseguiram entrar no Capitólio e seus cantos eram tão altos que os senadores republicanos tinham de gritar na sessão. A polícia tirou manifestantes que tentavam obstruir a entrada da Assembleia. Logo, a informação de que a votação havia ocorrido foi disseminada por redes sociais e milhares de pessoas se uniram em um cerco ao Capitólio no início da noite. Com um acordo tácito com a polícia, os manifestantes conseguiram entrar mais uma vez no edifício, onde passaram mais uma noite, recriando brevemente a atmosfera das semanas anteriores. Na manhã seguinte, os manifestantes foram novamente retirados. O projeto de lei antissindical passou rapidamente na Assembleia e, no dia 10, foi assinado pelo governador e se tornou lei.

Um último grande protesto, com bem mais de 100 mil pessoas, foi organizado em 12 de março. Começou com um “tratoração” de pequenos agricultores da área em apoio aos trabalhadores e durou toda a tarde. Os 14 senadores que haviam saído do estado voltaram e discursaram. Foi um protesto energético e intenso, mas também marcou o fim de uma fase das lutas em Wisconsin.

Até meados de maio, a lei ainda não começou a vigorar. Um juiz local barrou temporariamente a “publicação” da lei – a última etapa antes de ser posta em vigor –, sob a justificativa de que o procedimento pelo qual foi votada está em desacordo com normas legislativas, que deve ocorrer em uma sessão aberta e com pelo menos 24 horas de aviso prévio. Não está claro o que vai acontecer agora, na medida em que se organizam eleições de recall para pelo menos dois republicanos e, se o senado for forçado a votar mais uma vez a proposta, haja um novo resultado. A expectativa geral, entretanto, é que uma legislação antissindical vai no fim das contas ser posta em vigor e que para mudá-la será preciso reverter o equilíbrio de forças no estado.

Comentários finais

No pico da crise financeira de 2008-2009, havia uma esperança de que a calamidade econômica abriria um espaço para um conjunto de políticas mais progressistas nos Estados Unidos. Obama havia sido eleito sob a bandeira da necessidade de “mudanças” e os valores que ele parecia estar disposto a avançar eram consistentes com um Estado mais atuante.

Essas esperanças se dissiparam com a extrema cautela com que Obama lidou com a questão econômica e outros temas importantes, como a reforma da saúde. Após apenas alguns meses no poder, Obama foi confrontado a mobilizações crescentes de setores da direita contra todas as políticas, moderadas, que ele apresentou e, no segundo semestre de 2009, era claro que a direita dominava a agenda e o debate políticos. Nas eleições legislativas de 2010, a questão da crise fiscal e da “necessidade” de cortar gastos se tornou o principal mote dos candidatos, dos dois partidos. O centro de gravidade do debate político foi até onde se deveria limitar a atuação do Estado, quanto se deveria cortar em gastos e impostos. A classe capitalista estadunidense parece indiferente às consequências dessas políticas anti-Estado e anti-impostos extremas para a vitalidade a longo prazo da economia do país. A não ser por algumas alas de esquerda do Partido Democrata, nenhum político proeminente defendeu nas eleições de 2010 a necessidade de um Estado ativo na criação de condições mais robustas para o crescimento da economia e o aumento dos impostos sobre os ricos para isso.

Foi esse o ambiente político em que os protestos de massa em Wisconsin emergiram em meados de fevereiro. Durante as manifestações, o discurso público mudou radicalmente. Houve apoio popular maciço aos manifestantes: sondagens mostraram que 70% das pessoas apoiavam o aumento de impostos para impedir os cortes propostos por Walker, e a maioria dos entrevistados se mostrava contra as medidas antissindicais. Quanto mais protestos houve, mais o apoio aumentou.

Os eventos em Wisconsin têm implicações significativas para o resto do país. Campanhas similares contra os sindicatos do setor público estão sendo orquestradas em outros estados – Michigan, Indiana, Ohio, Flórida e outros – e são chamadas de políticas de austeridade fiscal no “estilo de Wisconsin” contra o poder dos sindicatos. O Wisconsin pode ser o primeiro dominó num esforço da direita contra os sindicatos do setor público. O que os protestos em Wisconsin denotam é a possibilidade de resistência a esses ataques assim como ao movimento Tea Party e o discurso anti-impostos avançado pela direita estadunidense. Os custos imediatos e devastadores da crise econômica e das políticas de austeridade sobre muitas famílias, a ameaça sobre a qualidade da educação nas escolas sobre as quais se fundamentam muitas das esperanças de suas crianças e o desmonte do sistema de saúde dos mais necessitados criou um sentimento de ultraje moral.,

tanto pelo caráter antidemocrático de como essas medidas foram votadas quanto pelas justificativas ideológicas da austeridade pública. Mas antes dos protestos de Wisconsin a resposta principal era apatia e resignação. O que os protestos mostraram é o potencial de resistência e transformação do ambiente ideológico. Em Wisconsin, os apelos à democracia, decência e deliberação se tornaram fundamentais para muitos. Por um tempo, pelo menos, houve a sensação de que as pessoas comuns podiam desafiar a ofensiva política e ideológica do capitalismo corporativo.

Por mais que seja ainda cedo para dizer qual visão vai prevalecer, a lei de Walker e o processo político em Wisconsin já começaram a ter impactos sobre a política partidária local, as práticas sindicais, os processos legais, a mobilização cidadã e a percepção sobre a democracia, no estado e em outros lugares. Resta ainda a ver se a mudança na opinião pública vai ser um fenômeno duradouro. E, claro, resta ainda a ver se o Partido Democrata, tão dependente do financiamento das corporações, vai abraçar essa nova energia para criar uma alternativa mais efetiva e progressista às forças da direita que atualmente controlam o Estado.